



**ACÓRDÃO Nº235/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11206/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Afonso da Silva Reis (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 377/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que catou, em sessão, o voto-vista do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos servidores Públicos do município de Barreirinha – FAPESB, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Afonso da Silva Reis**, Presidente, e acompanhar as demais determinações e recomendações do Relatório-voto do relator, à exceção da fundamentação da multa.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Afonso da Silva Reis** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), com fundamento no art. 54, VII da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c art. 308, VII da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão das impropriedades não sanadas constantes no Relatório-voto do relator, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.



**ACÓRDÃO Nº235/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Afonso da Silva Reis** no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), com fundamento no art. 308, I, "a" da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), pelo atraso na remessa dos balancetes mensais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº235/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral